



EDITORIAL

Política energética nacional

No dia 10 de Fevereiro de 1983, em sessão ocorrida no Ministério da Indústria, Energia e Exportação, foi formalmente apresentado ao País o «Relatório Síntese do Plano Energético Nacional (versão 1982)», subscrito em 5 de Novembro de 1982, pela «Comissão do Plano Energético Nacional».

Seria incompreensível que esse evento de tal importância para a economia nacional, no quadro da problemática da energia, não fosse especialmente assinalado na nossa revista. Na realidade, desde há bastante tempo que muitos dos nossos leitores aguardam, com alguma razão e interessada expectativa, tão importante acontecimento. Aqui o referimos, portanto.

Contudo, além desta referência circunstancial, iremos publicando, tanto quanto nos for possível, o que for a propósito desse relatório-síntese e os comentários técnicos que lhe respeitem se os nossos colaboradores idóneos nos vierem a oferecer artigos da sua autoria com interesse para reflexão e ajustamentos.

Situa-se entre os maiores objectivos do nosso programa editorial a permanente preocupação de mantermos a revista «ELECTRICIDADE» como repositório de ideias e factos que se salientam na área da evolução energética do País. Por isso, tentaremos arquivar nas nossas páginas o que for essencial do tema considerado.

Planeamento ou, em conceito mais concreto, um Plano Económico, têm sido classicamente definidos em termos que englobam diversos parâmetros e valores, que coordenam elementos, sectores e objectivos que o PEN, agora em foco, não abrange. Ilustramos esta regra definidora, apenas com um exemplo da máxima importância na qualificação genérica há muito atribuída ao planeamento: o seu enquadramento financeiro. Por definição, um plano contém, necessariamente, a seguinte triologia de opções: objectivos, recursos materiais e humanos, e origens e disponibilidades do capital-investimento.

Observemos, porém que o PEN, como obviamente deverá ser, projecta-se para além do prazo médio, porque a curto prazo as planificações carecem de eficácia, dado que as realizações determinam previamente

opções atempadas e usufruem de recursos disponíveis já avaliados. Se assim não fosse, praticamente, nada se realizaria em matéria de energia, com o PEN ou sem ele, nos próximos anos.

Estas considerações estão longe de retirar o mérito ou de diminuir a eficaz importância da documentação sintetizada no PEN; só as referimos, porque entendemos que, na actual conjuntura, o planeamento a médio prazo, ecleticamente estendido ao desenvolvimento económico e social do País, é carência com pernicioso resultado da política nacional. Perante a preocupante imprecisão e conseqüente expectativa do comportamento e do relacionamento futuros entre o Poder político e o capital investimento, a promulgação (como lei) de um Plano Económico de dez anos, definido e estudado, e teoricamente assente em doutrina incontestável, é conceito, que quase diríamos indispensável para o desenvolvimento sócio-económico nacional. E, na sequência de tal carência e afastada por definição a qualificação do PEN, o plano energético não é disponível como tal. Sublinhamos, todavia, com a maior ênfase, que os trabalhos realizados são plenamente necessários (talvez até suficientes) porque determinam, segundo a própria sigla, que adequadamente adoptamos, a **Política Energética Nacional**.

Desta carência já não sofrerá o nosso País, nos anos que se seguirem; e a PEN é factor indispensável e um passo de gigante na planificação sócio-económica.

Vamos tentar justificar esta asserção.

O longo trabalho que os técnicos e instituições especializadas completaram durante o ano de 1982 ultrapassa, com certo ineditismo em Portugal, o âmbito das **opiniões** acerca da política energética do País. É bastante mais do que isso; objectiva e equaciona o problema, racionaliza-o portanto, e determina-lhe as raízes reais. Não traduz apenas **opiniões** que se deslocam, no espaço e no tempo, ao sabor de vectores subjectivos.

Trata-se, com efeito, da **política energética portuguesa** tecnicamente viável nas duas próximas décadas.

F. do A.